

Cartografias do passado, arqueologias do presente: as ideias de Percy Harrison Fawcett sobre a Amazônia

Dernival Venâncio Ramos Júnior

Universidade Federal do Tocantins
Araguaína – Tocantins – Brasil
dernivaljunior@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende descrever e analisar as ideias de Percy Harrison Fawcett sobre a Amazônia, tratando de contextualizá-las historicamente. Objetiva-se ainda entender a reação política e jornalística às hipóteses de Fawcett sobre a existência de ruínas de uma antiga civilização no norte do Matogrosso, onde ele e seus companheiros de exploração desapareceram em 1925.

Palavras-Chave: Fawcett. Cidade Perdida. Amazônia.

Introdução

Saiu na sessão *Actualidades* do *Diário Nacional* no dia 01 de abril de 1930 uma nota que anunciava a partida de Elisabeth Steem, “ethnologa”, para o Rio Xingu e Araguaia. O título, “Os que ‘descobrem’ o Brasil,” desde a primeira linha ironiza as explorações estrangeiras, notadamente norte-americanas e inglesas, na Amazônia. O redator critica os exploradores que tomavam por rios e regiões jamais navegadas ou pisadas por pés humanos, lugares há muito conhecidos pelos brasileiros. Conta-se no texto, o caso de um geógrafo que ao chegar ao rio Purus, depois de se ter perdido na mata, deu ao rio o seu nome, tomando-o por desconhecido. O editor deseja “que não aconteça o mesmo com a loura ethnologista que São Paulo hospeda...”.

Foi publicado no jornal *O País* de 01 de janeiro de 1928 um artigo de Froes de Abreu objetivando desmentir algumas “teorias” sobre a presença de navegadores fenícios em território brasileiro, notadamente na parte amazônica. Elas haviam circulado nos jornais ao longo da década de 1920, e era uma teoria que teve algum crédito no século XIX. Diz o artigo: “todos os vestígios da presença de navegadores Phenícios em nosso

paiz, por enquanto não passam de fantasias creadas por gente sequiosa de glorias. Do mesmo modo são as cidades encantadas, ainda há pouco tempo tratadas pelo Coronel Fawcett, em vários artigos para um conceituado Jornal Carioca”¹.

Havia, contudo, razões menos científicas para se preocupar com essas explorações – e, claro, as ideias que estavam por trás delas. A Amazônia, percebida não poucas vezes pelas elites cariocas e paulistas, como um território distante, “um inferno verde” para falarmos de outra obra da década de vinte, vinha sendo incorporada, de modo lento é verdade, ao território nacional com algum grau de controle efetivo pelo Estado. Esses esforços se remontavam ao final da Guerra do Paraguai e ao crescimento do negócio da borracha na década de 1870. A definição das fronteiras com os países amazônicos no final do século anterior, e o conturbado caso do Acre, fizeram parte de um esforço de marcar a presença brasileira na região (HECTH, 2013). As Comissões e Missões Oficiais de exploração, dentre as quais a Comissão Rondon foi a mais impactante, exemplificam a continuidade dos esforços estatais.

O Coronel Cândido Rondon, segundo o seu biógrafo (DIACON, 2006), tornou-se o grande especialista em Amazônia entre 1906 e 1930 e como tal era consultado por estadistas e jornais. Ele fora designado para liderar a construção de uma linha de telégrafo entre Cuiabá, Mato Grosso a Porto Velho, Rondônia, e acabou por ver-se envolvido em um grande esforço de interiorização do Estado Nacional. Ele, a partir dessa dupla posição, se referiu a Fawcett nos seguintes termos: “em 1920, conversei várias vezes com o Coronel Percy Harrison Fawcett, que veio ao Brasil, na ânsia de descobrir um tesouro encantado...” (RONDON, 1943, p. 01).

Jornalistas, cientistas e militares ironizam as intenções e “descobertas” dos exploradores, “os novos descobridores do Brasil.” Acreditamos que essa foi uma reação política e discursiva à presença cada vez maior de estrangeiros na Amazônia, o que só se intensificou no decorrer do século XX. Seguiremos, nesse texto, as ideias do Coronel Inglês Percy Harrison Fawcett. Será nosso objetivo tratar de contextualizar essas ideias. A reação a elas foi claro exemplo da intersecção entre as intenções políticas e as práticas discursivas. O controlar do território passa pelo controle dos discursos sobre ele – e nesse caso o Coronel Fawcett, como ficou conhecido nos jornais brasileiros, intrometeu-se discursivamente ao definir o que teria sido o passado e o presente da Amazônia, bem como queria intrometer-se fisicamente no território do Mato Grosso, que Rondon

¹ O exemplar que consta na hemeroteca da Biblioteca Nacional está muito danificado e não permite conhecer o autor do mesmo, nem o seu título. Apenas aparece “As inscrições...”

considera os “seus” domínios. E, por falta de habilidade política, recusou a se juntar a expedição brasileira, sob comando misto dele e de Rondon, angariando um poderoso inimigo na pessoa do militar brasileiro.

Na verdade, Fawcett fez ao menos cinco expedições pelo território amazônico, duas delas pelo território brasileiro, quando percorreu o território do Mato Grosso, em 1921 e 1925. Ele objetivava encontrar os restos de uma cidade construída por grupos colonizadores brancos da antiguidade que ele associava à cidade mítica de Atlântida: “os índios brasileiros eram remanescentes de uma raça superior, oriunda de uma civilização desaparecida há milhares de anos” (LEAL, 2000, p. 100). Ele também acreditava ser possível encontrar descendentes mais “diretos” dessa sociedade na forma de “índios brancos.” Ele, o seu filho Jack Fawcett e Raleigh Rimell, um amigo, foram, por assim dizer, vítimas mortais dessas ideias.

As várias versões do viajante

Já se escreveu muito sobre o Coronel Fawcett. Os mais variados gêneros textuais, duas biografias, centenas de artigos de jornal, vários livros e alguns artigos científicos. E também livros espiritualistas, que conteriam transcrições de mensagens que o Coronel enviara do Além. Não pretendemos resenhar esses textos, mas gostaríamos de descrever alguns dos discursos mais influentes sobre ele, e dar a conhecer o conflito discursivo em torno de sua figura. Um conflito, em muitos sentidos, também sobre a Amazônia.

Um dos grandes opositores ao viajante inglês foi Rondon, um legítimo representante dos interesses nacionais sobre a Amazônia. Os dois trabalharam na demarcação das fronteiras entre Brasil e Bolívia em 1909, quando Fawcett abortou a missão e deixou soldados brasileiros, sob o comando de Rondon, sem suprimentos no meio da mata. Eles se encontram pessoalmente apenas em 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa, aceitando solicitação de audiência de um, ao outro convidou como especialista brasileiro. A nota que dá conta do encontro, saiu no jornal *O paiz*, de 16 de maio, dizia que eles foram recebidos no palácio do Catete. Segundo a nota oficial foi Rondon quem o introduziu ao presidente. Fawcett, dado como membro da missão diplomática inglesa, se propunha “a fazer estudos geológicos, geográficos, mirenarológicos e archeológicos, no nordeste do Estado do Mato Grosso, sem ônus para

o governo (...) com o intuito de obter conhecimentos exatos e seguros de regiões ainda completamente desconhecidos”².

No entanto, algum tempo depois Rondon afirmou que ele não apresentou o inglês a Pessoa, e também não teria solicitado a audiência como dizia a nota oficial (MOREL, 1944). O presidente o teria convocado à reunião, como conhecedor da região a que Fawcett queria acesso, e Rondon teria dado a sua opinião: “apresentei, então, a ideia de formação de uma comissão brasileira, à qual Fawcett seria agregado. Oficiais do nosso Exército dela participariam e Fawcett, (...) assistido por nós, faria os seus estudos” (RONDON *apud* MOREL, 1944, p 41). Ademais, a audiência teria sido solicitada pelo embaixador inglês, Ralph Paget, e Eptácio Pessoa já conheceria Fawcett, que o havia visitado em Londres no ano anterior, quando soube que o homem recém-eleito presidente do Brasil estava na cidade. Fawcett, como disse acima, negou-se a ter a companhia dos militares brasileiros. “Quero ir sozinho! Uma viagem com muita gente tem seus inconvenientes” teria retrucado o explorador inglês (MOREL, 1943, p. 41). Como havia feito nas expedições anteriores, ele pretendia se deslocar pela mata com um grupo pequeno, e homens de sua confiança.

A resistência de Rondon foi desconsiderada pelo Presidente. Ele forneceu a autorização oficial para a expedição; o governo brasileiro ainda resolveu patrociná-la com uma quantia em dinheiro – segundo Morel (1944) foram seis contos de reis, Leal (2000) afirma que foram 60 contos. No ano seguinte, quando a expedição fracassou, Rondon enviou aos jornais um telegrama com uma ácida descrição do seu encontro com Fawcett em Cuiabá: “A expedição Fawcett foi desbaratada em pleno chapadão pelas chuvas de novembro (...) Lamento não ter o Governo organizado a Expedição Brasileira que deveria acompanhar o inglês” (RONDON *apud* MOREL, 1944, p. 43). Rondon já havia preparado expedições semelhantes, acompanhando estrangeiros pela Amazônia. O caso mais notável foi a Expedição Roosevelt/Rondon de 1913/1914.

O Coronel Fawcett contestou Rondon nos jornais, mas estes tomaram o partido do brasileiro, começando por chamá-lo de “pseudo-explorador” como fez o jornal *A noite* em 20 de abril de 1921. Esse tom mudou em 1925, quando Fawcett retornou ao país sob o patrocínio de instituições e empresários norte-americanos, da agência de notícia *North American Newspaper Alliance* (que comprou os direitos de reportagens que Fawcett enviaria sobre sua expedição), da Sociedade Geográfica Americana, do Museu do Índio

² O Paiz, 16 de maio de 1920, p. 03.

Americano e de Nelson Rockefeller Jr. O malogro da segunda expedição e o desaparecimento dos expedicionários fizeram a hostilidade retomar a dianteira, chegando-se a acusar uma das expedições que foram em seu resgate de ter “interesses comerciais” como o fez o jornal *O Paiz* em 1928.

Os jornais participaram de maneira ativa na construção do ‘evento Fawcett’ – divulgando as ideias e feitos do coronel ou atacando-o. Mas, como vimos acima, patrocinando-o. O telegrama que foi enviado por ele de Cuiabá poucos dias antes de iniciar a última expedição fora distribuído *pela North American Newspaper Alliance* ao redor do mundo e lido por 40 milhões de pessoas. Os leitores continuaram acompanhando os desdobramentos do desaparecimento durante anos: algumas dezenas de exploradores foram em busca de seu paradeiro, jornais americanos enviaram G. M. Dyot. O livro *Man hunting in the jungle* (1930) escrito por ele foi resultado das matérias que ele enviou ao Los Angeles Times. Peter Flaming, um jornalista inglês acabou por escrever a descrição de sua viagem para os jornais do Reino Unido. Posteriormente ele as publicou como livro sob o título de *Brazilian Adventure* (1932)³. Essas reportagens, em certo sentido, positivas, tiveram pouco impacto no que os jornais brasileiros diziam do explorador.

Exemplo disso é que uma década depois, o jornalista Edmar Morel ao publicar uma série de artigos sobre Fawcett, continuou a tratá-lo nos termos de Rondon. O fato novo estava nele afirmar que havia se deparado com um neto do explorador em uma aldeia no Xingu. Ele levou o índio “branco” para Cuiabá e tentou fazer contato com a família Fawcett que a essa altura vivia na Bolívia. Brian Fawcett e sua mãe, Nina, não aceitaram o jovem indígena como parente, e desmentiram Morel. O livro *E o Fawcett não voltou* pela Gráfica O cruzeiro em 1944 - e prefaciado por Candido Mariano Rondon - endossava a ideia de uma motivação econômica por traz das duas viagens de Fawcett. Morel (1944) não acreditava nas motivações científicas do militar inglês. Ele estaria em busca de ouro, diamantes, outros minerais, e não de relíquias arqueológicas.

Em 1952, os jornais do grupo de Assis Chateaubriand publicaram a notícia de que os irmãos Villas-Boas teriam encontrado a ossada de Fawcett. Antônio Callado participou da expedição de resgate da referida ossada e escreveu o livro *O Esqueleto na*

³ A hipótese de que Fawcett teria, na verdade, se desviado para o Rio Araguaia ou pelos menos para o Pará, foi seguida por Flaming. Ela, em certo sentido, é aceita pelo seu biógrafo, David Grann. Essa versão foi ouvida por Nísias Rodrigues em 1943.

*Lagoa verde*⁴. A notícia trouxe ao país Brian Fawcett, que participou da viagem ao Xingu. A notícia coincidiu com os preparativos para o lançamento dos escritos de Percy H. Fawcett organizados por Bryan. O inglês redigira um relato de suas viagens à Amazônia e o deixara com sua esposa, Nina, antes de partir em 1924. Em 1953 o livro *Expedition Fawcett* foi publicado em Londres. O mesmo texto foi publicado com o título *Losts trails, losts cities* em 1954 em Nova York. No Brasil, o livro foi publicado, com o título *Exploração Fawcett*, no mesmo ano. A publicação da obra, que rapidamente se tornou um *best-seller* – menos no Brasil – permitiu uma leitura menos enviesada de Fawcett. Suas ideias foram reavaliadas, principalmente entre aqueles interessados na pré-história da região amazônica.

Em 1996, a *Expedição Autan* fora organizada para resgatar os ossos Fawcett. O jornalista Hermes Leal acompanhou a expedição. A viagem levou-o a escrever uma biografia do militar inglês, intitulada *Coronel Fawcett. A verdadeira história do Indiana Jones* publicada em 2000. Leal, assim como Rondon e Morel, defende a hipótese de que Fawcett estava a procurar diamantes. O último jornalista a tratar do caso foi David Grann, que escreveu *The lost city of Z*, a última biografia escrita sobre Fawcett e o texto que mais repercussão teve até o momento.

Também na década de 1990, o ‘caso’ Fawcett havia passado para outro campo discursivo, o das ciências. Michael Heckenberger (s/d.), arqueólogo e antropólogo responsável pela descrição do sítio Kuhikugu no Alto Xingu – a cidade perdida de Fawcett? – chegou à região xinguaná no ano de 1990. Ele afirma: “quando me aventurei no Brasil, no início da década de 90, para estudar a profunda história do Xingu, as cidades perdidas nem sequer passavam pela minha mente. (...) mal ouvira falar de Fawcett”. Heckenberger trata o viajante como uma espécie de percussor de seu próprio trabalho. Ele afirma

the last person to go looking for lost civilizations in the southern Amazon was Colonel Percy Fawcett, an English explorer who looked in vain for the lost cities of legend, the lost civilization of Mu or El Dorado. He mounted four expeditions in the Bolivian lowlands (1906–1913), exploring as far east as the Mamoré River in the central Llanos de Mojos, and later in northern Mato Grosso, Brazil (1920 and 1925). (...) In 1920, Fawcett turned his attention to the southern peripheries of the Amazon. He began in the Guaporé, the easternmost tributary of the mighty Madeira River and home to the once powerful “theocratic chiefdoms of eastern Bolivia,” as Steward and Faron (1959) later called them. The reports of his last expedition are scanty, because he and his two companions were lost in the Upper Xingu in 1925 (Fawcett. 1953). In route to the Von Martius cataracts, which separate the middle and upper reaches of

⁴ Essa viagem dará a Callado parte do material para escrever *O quarup*, o seu romance mais importante. E foi, talvez, a contribuição mais importante do mito de Fawcett à cultura brasileira.

the Xingu River, he entered the Upper Xingu basin, and was never heard from again. His last letter, dated May 29, 1925, was from “Dead Horse camp,” where his horse had died and he turned back in 1920, somewhere around 11° 43’ S. and 54° 35’ W. It was here, on the border of the Xinguano lands, that the Western dream of lost civilizations in the Southern Amazon died as well (HECKENBERGER, 2005, p. 179-180).

Esse tom difere de modo significativo daquele usado por Rondon e os jornalistas brasileiros, inclusive o seu biógrafo Hermes Leal. Em um texto recente, o mesmo antropólogo escreveu: “Talvez Percy Fawcett estivesse no lugar certo, mas com o foco equivocado: cidades de pedra” (HECKENBERGER, s/d). Como se sabe, Heckenberger foi um dos responsáveis por estabelecer novas hipóteses sobre o passado pré-colonial da Amazônia, evidenciando a existência de grandes aglomerações urbanas no Xingu. Fawcett, aqui ao invés de um ‘maluco’ atrás de um tesouro perdido (Rondon, Morel) ou alguém atrás de minas de diamantes (Leal), se torna um precursor importante do esforço científico antropológico contemporâneo, que deve ser contextualizado dentro dos diversos achados arqueológicos no mundo tropical no final do século XIX.

David Grann (2009), que escreveu o livro *The lost city of Z*, a última biografia de Fawcett, endossa, em grande medida, a versão desse antropólogo. Esse livro evidencia a mudança no tratamento dado as ideias de Fawcett. Mas essas diferenças – do charlatão meio louco que queria encontrar o Eldorado, passando pelo explorador que buscava diamantes ou tesouros aos percursos da arqueologia amazônica – evidenciam a atualidade das questões nas quais a sua história estava inserida: o passado da Amazônia, a relação do Estado brasileiro e a região, e a participação dos jornais e dos jornalistas na construção do “caso” Fawcett.

Cartografias do passado

Percy Harrison Fawcett foi considerado o último dos grandes exploradores individuais por Charles E. Key (1963). Ele era membro da Real Sociedade de Geografia e como tal fora enviado a Bolívia, ao Peru e ao Brasil; foi homenageado e adquiriu respeito como explorador e cartógrafo depois de suas três viagens iniciais. Ele participou, assim, do projeto europeu de explorar e mapear o interior do continente africano, asiático e sul-americano. Serviu no Ceilão e no norte de Marrocos e foi recebido pelo governo brasileiro em 1920 como adido militar da Missão Diplomática inglesa no Rio de Janeiro.

As associações de exploradores e Sociedades Geográficas, como se sabe, proliferaram no final do século XIX em países como a Inglaterra, França, Rússia, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, México, Brasil. Entre 1788 e 1940 foram fundadas, segundo Capel (1981), nada menos do que 145 Sociedades Geográficas; e 22.263 associados. O exemplo para todas essas associações era a Real Sociedade de Geografia de Londres, que desejava “la publicación de descubrimientos, la formación de exploradores y la constitución de una biblioteca geográfica e cartográfica” (CAPEL, 1981, p. 177). Também havia outro objetivo: construir um mapa-múndi completo (PRATT, 1999; GRANN, 2009). A estratégia da Real Sociedade era a formação de exploradores, o que se dava através de cursos – que Fawcett assistiu em 1900 – e da publicação de obras como *Hints for travelers* de Fitzroy e Raper e *Arts of travel* de Galton em 1854.

Além da formação de quadros e a elaboração de cartas geográficas,

las sociedades actuaban a través de la organización de conferencias, mediante la concesión de premios y medallas (...), mediante la organización de exploraciones o la concesión de ayudas para realizarlas (...) eran también un lugar obligado de exposición de los resultados de una expedición por parte de todos os exploradores (CAPEL, 1981, p. 188).

Ainda segundo Capel (1981, p. 186), a frase que definia o espírito que cercava as sociedades geográficas era: “la tierra pertenecerá a quien la conozca mejor”, frase que estampava a capa de uma revista geográfica do século XIX. Deste modo, “la geografía se convirtió desde la segunda mitad del siglo XIX en una ciencia al servicio de los intereses imperialistas de los países europeos” (CAPEL, 1981, p. 174).

Na verdade,

modern European science and European imperialism thus marched arm-in-arm: both were supremely ambitious, universalizing projects concerned to know all, to understand all and, by implication, to control all. (...) By this point Edward Said, dates the emergence of this totalizing scientific-imperialist impulse to the turn of the eighteenth century. By this point (...) the relationship between European scientific advance and the process of European imperial expansion had become so intimate and mutually dependent that the two seemed virtually synonymous, at least in the mind of some imperialist” (BELL, BUTLIN & HEFFERSON, 1995, p. 03).

Ferreira (2007) mostra que esse diálogo não era de subserviência. Na esteira das sociedades geográficas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os vários museus fundados no país no final do século XIX, como os museus Paulista (em São Paulo), Paraense Emílio Goeldi (Belém) e Botânico amazônico (em Manaus), traduziram essas discussões para a realidade política nacional.

Sem dúvida, a ciência se mundializou, sobretudo a partir do século XIX, afirmando-se como positiva e universal. Mas a mundialização da ciência nunca esteve (e não está) infensa aos contágios dos contextos locais. (...) Apropriações historicamente situadas, que lidam com tradições científicas pré-existentes e geram respostas para os problemas sociais, econômicos e políticos locais (FERREIRA, 2007, p. 08-09).

Essa ciência nacionalista, marcada então pelo positivismo, tinha em Rondon um de seus grandes defensores. Um dos objetivos dessa ciência era a produção de uma cartografia do passado nacional, especialmente pensado naquela parte mais visível dele, os artefatos arqueológicos e as pinturas rupestres que eram muito comuns em todo o território nacional.

Como afirma Heckenberger (2005, p. 179-180), “Fawcett was inspired by the spectacular nineteenth-century archaeological discoveries in tropical America, such as those in Mesoamerica and, particularly, Hiram Bingham’s discovery of Machu Picchu in 1911”. Mais que descobertas, ele descreve em seus textos uma série de hipóteses. Essas hipóteses diziam respeito à “origem da civilização” na América. Eludida durante o período colonial, essa questão reemergiu logo após as independências nacionais, quando os países ansiavam por estabelecer um passado do qual se orgulhar, e que não incluísse o período espanhol. Alexander Von Humboldt forneceu às elites latino-americanas uma primeira hipótese: a “civilização” na América teria origem asiática. Em algum momento do passado, povos provenientes do Japão ou China teriam colonizado a América Central e do Norte e daí espalhado a civilização para o resto do continente (PRATT, 1999; FERREIRA, 2007).

A obra *Ancient Monuments of the Mississippi Valley* (1848), de Ephraim G. Squier e Edwin H. Davis (1811-1888) propuseram outra interpretação para a presença da civilização na América: a migração Viking (FERREIRA, 2007). Se no início do século XIX não havia problema em atribuir a civilização aos asiáticos, à medida que o século corre a civilização vai sendo racializada e passa a ser exclusividade das raças superiores, quais sejam, brancas. Como diria Elias (1990), “o modo como os europeus olham para a sua própria cultura”. Essa reviravolta pode ser percebida à medida que os interesses coloniais europeus na África e Ásia ficavam mais evidentes.

O explorador John Hanning Speke, que fez inúmeras viagens pela África, propôs a mesma hipótese para a África: a civilização seria fruto de imigração de grupos brancos durante a antiguidade, que teriam se degenerado ao longo do tempo. O Coronel Fawcett, assim, não fez nada mais do que se inserir no debate difusionista, uma teoria já presente

nos debates sobre a América desde o século XVII (FERREIRA, 2007), tomando partido daqueles que acreditavam na colonização branca da América.

Os intelectuais brasileiros participaram desse debate, ora atribuindo a civilização amazônica a grupos asiáticos, aceitando a tese humboldtiana, ora atribuindo esta a navegadores vikings. Como afirma Ferreira (2007, p. 48), “a proposição fundamental da Arqueologia e Etnografia americana era a de Alexander von Humboldt, para quem a América fora um reduto de imigração asiática”. Intelectuais brasileiros como Ladislau Neto afirmaram que eles seriam responsáveis, por exemplo, pela colonização da parte da Amazônia. Do mesmo modo, buscava-se “nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos da Antiguidade: gregos, fenícios, egípcios” (FERREIRA, 2007, p. 67). Essas hipóteses se popularizam na medida em que novas (re)descobertas eram feitas e iam parar nos jornais. Os artigos de Fawcett nos jornais brasileiros na década de 1920, assim, reacenderam a discussão no momento em que o país se interessava muito pelo seu passado (SANDES, 2011) – 100 anos da proclamação da independência, Semana de Arte Moderna – a ponto de alguém, dono de um discurso científico, ir aos jornais colocar uma pá de cal de racionalidade nessas especulações: “por enquanto não passam de fantasias criadas por gente sequiosa de glórias”. Essa posição mais pragmática, certamente reforçada pelas inúmeras expedições financiadas pelo estado brasileiro nas últimas décadas, era a posição das elites urbanas intelectualizadas.

Os escritos de Fawcett incomodavam ao articular uma visão do passado amazônico, muito alheio à percepção das elites letradas sobre o índio amazônico: a possibilidade de se encontrar remanescentes brancos dos grupos colonizadores da Antiguidade. Deslocava para a selva aqueles que não poderiam, de modo nenhum, a habitar, o homem branco e eurodescendente. Ele acreditava, como mostra seus escritos, que as narrativas orais eram pistas importantes, sinais; ele havia aprendido, ao que tudo indica, nos manuais da Real Sociedade a dar ouvido a essas histórias e pistas na busca de seus objetivos. Para exemplo: “somente se pode deduzir a história da América do Sul anterior à chegada dos europeus pelo que resta de seus tempos pré-históricos e pelas suas transformações geológicas e – com certas reservas – pelas tradições dos povos indígenas” (FAWCETT, 1954, p. 241). Ele acreditava saber quais reservas impor às tradições indígenas e outras narrativas orais, como a que se refere a “índios brancos” e as cidades luminosas no interior do Mato Grosso.

Arqueologias do presente

O Coronel Fawcett chegou à Amazônia em 1906 pouco anos antes da região perder o monopólio da produção mundial de borracha para as plantações inglesas e holandesas do Oriente. Ele fora enviado da Bolívia como especialista da Real Sociedade de Geografia para participar na demarcação da fronteira Bolívia/Brasil na região do Acre. Em 1909, novamente o convidaram para mais duas expedições: a demarcação da fronteira Bolívia/Peru, e depois, da fronteira Bolívia/Brasil na região do Mato Grosso.

Como militar, explorador e súdito inglês Fawcett teve sua visão de mundo formada dentro de um contexto em que a autoridade da ciência, o eurocentrismo e os impérios eram realidades “naturalizadas”, para usar o termo de Bourdieu (2010). A legitimidade de cada um deles dependia de uma simbiose entre elas. A ciência era percebida como parte central da (auto)confiança que o homem ocidental possuía em sua sociedade, culturas e instituições. As investigações científicas, por sua ligação com o Império contribuiu para a construção de regiões como o Oriente, a África, a América Latina e suas populações como geografias que se baseiam em uma distinção “ontológica y epistemológica” em relação à Europa (SAID, 2007, p. 21). Como afirma Hetch (s/d), as representações sobre a Amazônia são um orientalismo tropical, pois constrói-se uma geografia imaginativa habitada por povos bárbaros – às vezes considerados semi-humanos –, animais selvagens monstruosos; e, contraditoriamente, essas regiões, justamente por serem imaginadas, também eram vistas como lugares cheios de riquezas e possibilidades, onde os sujeitos europeus podiam provar sua superioridade ao “vencer” os desafios impostos pela natureza tropical.

Esse tipo de perspectiva, provavelmente, impediu que Fawcett percebesse com clareza o lamaçal político e discursivo no qual estava se metendo. Quando ele solicitou, por meio do embaixador inglês, a audiência com o presidente Pessoa, a Amazônia estava em plena crise econômica. E essa crise se devia justamente a uma expedição inglesa na região a qual ele queria ter acesso: o norte do atual estado do Mato Grosso. Em 1876, Henry Wickham havia levado 70 mil sementes de seringueiras da Amazônia para a Inglaterra. A planta foi adaptada e levada ao Ceilão e à Malásia, lugares onde os ingleses criaram grandes plantações de borracha. Essas plantações foram as responsáveis pelo fim do monopólio brasileiro sobre a produção daquela que até então era a mercadoria mais importante do comércio internacional: a borracha. Quando Fawcett sentou-se com

Rondon e Pessoa no Palácio do Catete o Brasil perdera cerca de um terço do mercado da borracha consumida no mundo⁵. Mas ainda assim era difícil para o presidente rejeitar um pedido do embaixador inglês. Preocupado demais em impor a sua cartografia do passado amazônico, esqueceu-se de fazer uma *arqueologia* do presente.

Além da disputa discursiva e política pelo passado da Amazônia, havia uma luta política real por seus recursos – e as elites brasileiras já haviam sofrido um duro revés. As elites brasileiras haviam tomado o passado do país em suas mãos recentemente, não poderiam aceitar, dentro do contexto higienista da década de 1920, que os indígenas da Amazônia fossem os descendentes de uma grande civilização do passado – ainda mais se essa civilização tivesse origem racial europeia ou branca. Havia, ainda a desconfiança de que houvesse outras intenções por trás da expedição, daí a recorrência desse argumento nos jornais da década de 1920 e nas obras que foram escritas posteriormente sobre ele. O desaparecimento de Fawcett, contudo, abriu a região para o mundo – fala-se em mais de 100 expedições de resgate que escrutinaram palmo a palmo o território do Mato Grosso. Não acharam o mínimo sinal dele.

A arqueologia da década de 1920 precisa passar pelo fato de que o caso Fawcett foi construído, desde o início como fato jornalístico. Mary Louise Pratt (1999, p. 28) estudou os relatos de viagem resultantes das explorações desde o século XVII. Segundo ela, esses relatos, publicados em jornais – e depois na forma de livros – “engaja[m] o público europeu metropolitano nos empreendimentos expansionistas (...) fazendo dessas expedições problemas de ordem interna”; esses relatos também – relatórios, artigos de jornais e conferências, não analisados pela autora – “produziram o resto do mundo para leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista da Europa”.

A consolidação da imprensa na década de 1920 levou ao surgimento de um gênero jornalístico dedicado exclusivamente a essas expedições. As empresas jornalísticas, como a *North American Newspaper Alliance*, se dedicavam a patrocinar esse tipo de expedição para regiões “remotas” do globo – e a Amazônia oriental certamente se encaixava no que eles queriam dizer com essa palavra. O conhecimento geográfico europeu no que diz respeito à África era menor do que seu conhecimento das regiões interiores da América; sobretudo os Andes e a Amazônia – regiões percorridas no século XIX por naturalistas e exploradores que visitaram a América no século XIX. Mesmo quando visitada, na Amazônia os naturalistas e os expedicionários, como Humboldt e vinte e três outros que

⁵ A exportação de borracha naqueles anos, em toneladas: 1917: 25.031; 1918: 16.685; 1919: 24.481; 1920: 17.365. Dados publicados em Dean, 1989.

o seguiram no século XIX acabavam por se restringir ao curso dos principais rios (MOREL, 1984).

No caso dos Andes, os exploradores percorriam os caminhos espanhóis – que foram construídos em muitos casos sobre caminhos indígenas anteriores. A tal ponto que a cidade de Machu Picchu foi descoberta apenas em 1911 pelo explorador estadunidense Hiram Bingham (2003), o que deve ter atizado a imaginação de Fawcett, pois em seu trabalho de delimitação de fronteira entre Peru e Bolívia, ele passou a 400 quilômetros da cidade inca. A exploração dos interiores estava ligada ao estabelecimento de rotas comerciais e a descobertas de riquezas minerais; mas também estava ligado ao processo de mapeamento do globo ainda em processo nas primeiras décadas do século XX. A demarcação das fronteiras entre Bolívia, Brasil e Peru deu a Fawcett (1954) a oportunidade, segundo ele, de pisar em lugares que nenhum outro homem branco havia pisado.

Pratt (1999, p. 41) mostra o surgimento de uma nova “consciência planetária”, a qual parece não poder tolerar que ainda existissem lugares assim no planeta, infensos aos pés dos ‘homens civilizados’. Esses relatos de viagens “produziram” o “resto do mundo” para leitores europeus desde o século XIX. Se houve efetivamente a construção de um gênero de narrativa de exploração, poderia se falar, assim, em uma verdadeira *cultura das explorações* e das viagens. Essa cultura das viagens, como afirma Pratt (1999) transcende interesses científicos ou curiosidades sobre pontos “remotos” do planeta. Ela serve para mostrar as intersecções múltiplas entre cultura e poder. A cultura das viagens era, do mesmo modo, uma prática de poder que garantia aos cidadãos europeus o controle imaginário, e em muitos casos reais, de territórios distantes, seus habitantes e recursos. Os esforços de explorar o interior da África realizados na esteira da Conferência de Berlim faziam com que, em 1913, como afirma Millard (2007, p. 31): “sabia-se menos sobre o interior da América do Sul do que sobre sobre qualquer continente habitado (...) A Amazônia era (...) remota e inexplorada”.

Conectado a cultura das viagens surgiu toda uma série de ficcionalizações das mesmas. O escritor, criador de Sherlock Holmes, escreveu um romance sobre a Amazônia, *O mundo perdido*, que foi, ao que tudo indica, baseado em informação que Fawcett (1954) tinha lhe fornecido depois de suas viagens à Amazônia em 1911. Sabe-se, por exemplo, que eles intercambiaram cartas e foi através deste autor que ele teria entrado em contato com outro escritor: Rider Haggard, autor de *as Minas do rei Salomão*, que descreve a busca por uma espécie de Eldorado, situado no norte da África do Sul. A

narrativa do livro termina bem, com o explorador retornando à sua casa e narrando seu feito. Essas narrativas e o interesse do grande público na vida de Fawcett – e de centenas de outros exploradores – dão mostra do lugar que as explorações e os exploradores ocupavam na produção cultural do final do século XIX e início do século XX.

Não obstante, para os leitores e as elites brasileiras, bem como para representantes do Estado como Rondon, esse tipo de viagem parecia uma intromissão em regiões pouco controladas pelo Estado nacional, e que poderiam guardar diferentes tipos de bens e recursos que precisavam ficar longe dos olhos do império. Os “novos descobridores” ou deveriam ficar longe das áreas poucos controladas ou deveriam ser vigiados de perto pelos brasileiros, daí a insistência de Rondon na expedição conjunta, como fizera com o Theodor Roosevelt em 1913.

Considerações finais

Como se sabe, Fawcett nunca voltou de sua expedição. Dois anos depois, em 1927, o escritor José Estausio Rivera publicou *La voragine*, um livro que popularizou – e foi muito popular nos Estados Unidos – a imagem da Amazônia como selva devoradora de homens. Dois anos depois, Ferreira Castro publicou *A Selva*, que segue a mesma interpretação. Mas essa representação da região remonta a 1908, quando Alberto Rangel a havia sistematizado no conto “Inferno verde.” O caso Fawcett, como narrativa, encarnou essas representações da Amazônia – e dela a região nunca mais se livrou. Mas esse tipo de narrativa, tão comum na região Amazônica, foi estudada por Candice Slater (2002) como uma estratégia simbólica para manter os intrusos longe. Manter longe os “novos descobridores” da Amazônia.

Contudo, por um efeito reverso a história de Fawcett ajudou a atrair centenas de outros para a região da Amazônia mato-grossense. Nesse sentido, ele perdeu a vida, mas venceu a contenda com Rondon. Os estudos de Michael Heckenberger sobre as cidades jardins-xinguanas, apesar de silenciadas pela sociedade nacional brasileira – o livro nunca foi publicado no Brasil – poderia ser uma indicação, como pensa Grann, de que Fawcett estava certo. Não obstante, seria muito difícil atribuir a ele essa antevisão. Ele não buscava os xinguanos que o antropólogo encontrou, mas sim, como bom europeu eurocentrado, uma linhagem europeia perdida na Amazônia. O que ele pretendia, antes de tudo, era afirmar que a região já havia sido colonizada pelos europeus antes, e,

portanto, desestabilizar as pretensões nacionais dos países amazônicos, a sua posse exclusiva. Ele é mais um precursor do discurso de internacionalização da Amazônia que um defensor da “civilização” indígena. A aventura de Fawcett visibilizou em nível internacional aquela região amazônica, e teve impactos indiretos nas centenas de pesquisadores que visitaram a região nos anos seguintes a seu desaparecimento. Entre eles, claro, a etnóloga Elisabeth Steem, a quem os jornais citados no início chamaram de a “nova descobridora” do Brasil.

CARTOGRAPHY OF THE PAST, PRESENT ARCHAEOLOGIES: THE IDEAS OF PERCY HARRISON FAWCETT ABOUT AMAZON

Abstract: This article aims to describe and analyze the ideas of Percy Harrison Fawcett about Amazon, contextualizing them historically. Another objective is to understand the political and journalistic reaction to the Fawcett's hypotheses about the existence of the ruins of an ancient civilization in the north of Mato Grosso, where he and his fellows disappeared in 1925.

Keywords: Fawcett. Lost City. Amazon.

Referências

- BELL, Morg; BUTLIN, Robin; HEFFERSON, Michael. *Geography and imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- BINGHAM, Hiram. *Los city of the Incas*. New York: Phoenix Paperback, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertand, 2010.
- CALLADO, António. *Esqueleto na Lagoa Verde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAPEL, Horácio. “Sociedades geográficas, geografia e imperialismo.” *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981, pp. 173-206.
- CASTRO, Edna. “Política de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea”. In: BOLLE, Willie; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. (Org.). *Amazônia. Região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Editora Globo, 2010, pp. 105-122.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DIACON, Todd. *Rondon: o Marechal da Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DOYLE, Arthur Conan. *O mundo perdido*. São Paulo: Nova Alexandrina, 2010.
- DYOTT, George Miller. *Man hunting in the jungle*. New York: Blue Ribbon Books, 1930.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

FAWCETT, Percy Harrison. *Expedition Fawcett*. New York: The Overlook Press, 2010.

_____. *Lost trails, lost cities*. New York: Funk & Wagnalls, 1953.

FLAMING, Peter. *Brazilian Adventure*. Evanston: The Marlboro Press/Northwestern University Press, 1971.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Campinas, UNICAMP (Tese de doutorado), 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRANN, David. *Z, a cidade perdida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HAGGARD, Rider. *As minas de Salomão*. Porto Alegre: LP&M, 2011.

HALL, Stuart. "The West and the Rest: Discourse and Power". In: HALL, Stuart & GIEBEN, Bram (Ed.). *Formations of Modernity*. Londres: Open University/Polity Press, 1996, pp. 185-227.

HECKENBERGER, M. "The Enigma of the Great Cities: Body and State in Amazonia". *Tipibi* 1 (1):27-56, 2003.

_____. *The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon*. New York & London: Routledge, 2005.

_____. As cidades perdidas da Amazônia. A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece. In: *Scientific American Brasil*. S/D. Disponível em www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia. Acessado em 21 de outubro de 2013.

HECHT, Susanna B. "Tropicality, Tropicalism: Forest Resurgence and the Politics of Latin American Conservation". Palestra disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9bDpZShxh-k>. Acessado dia 25 de setembro de 2015.

_____. *The scramble for the Amazon and the "Lost Paradise" of Euclides da Cunha*. Chicago: Chicago University Press, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Visões do paraíso*. São Paulo: Publifolha, 2000.

KEY, Charles E. *As grandes expedições científicas do século XX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

LEAL, Hermes. *Coronel Fawcett. A verdadeira história do Indiana Jones*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

LIVINGSTONE, David & WITHERS, Charles W. J. (Orgs.) *Geography and Enlightenment*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1999.

MILLARD, Candice. *O rio da dúvida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOREL, Edmar. *E o Fawcett não voltou*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O cruzeiro, 1944.

PIZARRO, Ana. *Amazônia. As vozes do rio*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2012.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

RICE, Hamilton. *The medical report of the Rice expedition to Brazil*. Cambridge: Harvard University Press, 1918.

RONDON, Candido Mariano. "Prefácio". MOREL, Edmar. *E o Fawcett não voltou*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O cruzeiro, 1944.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Orientalismo*. Barcelona: Debolsillo, 2007.

SANDES, N. F. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora UFG, 2011.

SCHURZ, William. *Brazil the infinite country*. New York: E.P. Dutton & Company, 1961

SLATER, Candice. *Entangled edens*. Los Angeles: University of California Press, 2002.

SPEKE, John Hanning. "As mulheres da corte de Caragué". In: SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África*. São Paulo: Pinguim/Companhia das Letras, 2012, 412-414.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOBRE O AUTOR

Dernival Venâncio Ramos Júnior é doutor em História pela Universidade de Brasília (UNB); docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Recebido em 04/10/2015

Aceito em 10/12/2015